

**Os trabalhos do IHGB: a busca por um discurso com efeito de verdade no Brasil Império**

Neuma Brilhante Rodrigues

(mestre em História Social e das Idéias pela UnB e

docente do Instituto de Ensino Superior de Samambaia - DF)

Ao estudar os trabalhos realizados no IHGB, se percebe que, para seus sócios, a construção da nação se daria não apenas por meio dos “acontecimentos significativos” da nossa história, mas também a partir das representações e da seleção desse passado. A história foi vista, assim, no momento da instalação do Estado nacional brasileiro, como um caminho privilegiado para a formação da idéia de nação e encontro de elementos que pudessem marcar uma certa singularidade brasileira.

A produção intelectual efetivada naquele espaço não pode ser considerada homogênea, o que é um fato tanto em relação aos seus pressupostos teórico-metodológicos como à qualidade acadêmica dos trabalhos ali apresentados. Isso dificulta o enquadramento dessa produção em uma ou outra escola historiográfica, *stricto sensu*, do século XIX. De fato, influências das concepções iluministas do conhecimento, e da história de modo específico, conviveriam com referências românticas historicistas e, nos últimos anos do século XIX, com pressupostos científicistas.

É bem verdade que os trabalhos realizados no IHGB, incluindo aí os documentos coletados e enviados à sua sede no Rio de Janeiro, deveriam seguir alguns pressupostos básicos, sem os quais a mesa diretora da casa se recusaria a dar seu aval, ou seja, não seriam publicados na revista. Entre os pressupostos estaria a grande preocupação com a veracidade dos acontecimentos narrados, o que poderia ser garantido com a utilização de fontes fidedignas, bem como o comprometimento com a escrita de uma história unificadora, que colaborasse para a construção da nação.

Essa concepção da história como disciplina rigorosa, que abria caminho para a efetivação de um projeto de nação, remetia às idéias nacionalistas então em voga na Europa. Os alemães foram pioneiros no projeto da construção consciente de uma memória nacional capaz de forjar laços de identidades baseados na idéia da originalidade das nações. Em uma clara oposição à concepção de uniformidade e imutabilidade da natureza humana, o movimento alemão seria uma alternativa ao universalismo francês.

O principal compromisso do IHGB, presente desde a sua proposta de criação, era com a compilação, divulgação e organização de um arquivo de documentos relativos à história do país, que pudesse servir de referência para a escrita da história e da geografia nacionais. Pretendia-se criar no Brasil um corpo documental equivalente àqueles organizados na Europa, inspirados no movimento de procura de fontes que marcou o século XIX, assim como a percepção da história como caminho para a construção de laços de identidades.

Para José Honório Rodrigues, o espaço dado aos documentos pelos sócios do IHGB situaria os trabalhos desenvolvidos a partir daquela instituição diretamente em contato com as exigências epistemológicas da historiografia de seu tempo.

Diante desta preocupação, já no primeiro volume da Revista do IHGB, Januário da Cunha Barboza publicou a “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro.” (RIHGB, 1839/I:141-143) Uma breve olhada na lista é suficiente para mostrar que nesse primeiro momento ainda não havia uma divisão muito clara entre a Geografia e a História, sendo a primeira intitulada por Januário da Cunha Barboza como “Geografia histórica”. A História, a partir dessa lista, abrangeria não apenas eventos humanos do passado, mas incluiria fatos contemporâneos e também o que chamamos de história natural.

O cônego percebia no IHGB a oportunidade da escrita sistemática da história do Brasil, um lugar onde seria possível concentrar os vários trabalhos de cunho historiográfico espalhados em produções solitárias ao longo do vasto território brasileiro.

Se Januário da Cunha Barboza, em sua Lista, deixou apenas antever a amplitude dos temas abarcados por sua concepção de História, o marechal Raimundo José da Cunha Mattos, no trabalho intitulado: Dissertação acerca do sistema de escrever a História antiga e moderna do Império do Brasil, apresentado em assembléia em 1839 (mas somente publicado na revista em 1863), a conceituou como “(...) a ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e passados. (...) A história abrange todos os ramos dos conhecimentos humanos.” (RIHGB, 1863/XXVI:137)

Para Cunha Mattos, a escrita do historiador seria basicamente expositiva “em matéria, ordem e estilo, deve[ndo] ser escrita por um modo harmonioso, agradável, conciso, decente, exato e o mais claro possível”, tendo por base o uso de documentos fidedignos.

Este autor elegeu como fontes primordiais para a escrita da história brasileira “os monumentos e inscrições abertas em lâminas metálicas, os diplomas legislativos, as cartas imperiais ou régias, os regulamentos ou regimentos, resoluções, avisos, provisões e patentes. Termos de posse dos governadores, bispos, magistrados, oficiais municipais e das outras classes de empregados públicos, e as cartas de sesmarias das terras concedidas aos mais antigos povoadores.” (RIHGB, 1863/XXVI:129) As fontes deveriam passar por uma rigorosa documental, na qual deveriam ser observados a letra, o tipo e cor da tinta usada, cotejados os personagens, os acontecimentos e as datas citadas. Era preciso, portanto, efetivar um rigoroso trabalho de autenticação dos documentos, baseado na paleografia e na cronologia.

Então vice-presidente do IHGB, Cunha Mattos elegia de modo claro os documentos escritos e, mais que isso, as fontes oficiais do Estado como as mais recomendadas, talvez por serem essas percebidas como mais fidedignas por um militar que atuara como representante do poder imperial português na África e do Império Brasileiro em províncias rebeldes no contexto da Independência. Tal destaque poderia também refletir, já nos momentos iniciais daquele Instituto, a opção por uma história que teria na atuação do Estado seu eixo central, concepção essa que seria majoritária naquela instituição.

Deste modo, para Cunha Mattos, a história consistia-se em uma narração que conjugaria compromisso com os fatos e com a arte da escrita, o que tornaria a leitura dos textos de história um exercício prazeroso e útil. Sua concepção de história estava relacionada à idéia de história pragmática, no sentido de ser instrumento para o aprimoramento da sociedade e das instituições.

Essa defesa da história narrativa estava de acordo com o posicionamento de Januário da Cunha Barboza, seu colega na proposta de criação do IHGB. Entretanto, para este autor, a história também deveria se pretender explicativa, sem, contudo, perder sua dimensão expositiva, caracterizando o que o autor chamaria de história filosófica e pragmática.

A necessidade de esclarecer o tipo de material de interesse para a construção da história do IHGB continuou presente nos anos seguintes. No tomo III, em 1841, foi publicado o “Programa: quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?” (RIHGB, 1841/III:149-157), desenvolvido por Rodrigo de Sousa da Silva Pontes .

Nesse trabalho, Rodrigo Pontes faria uma apresentação mais complexa em relação à problemática da coleta de documentos, bem como da dificuldade que os sócios do IHGB enfrentavam para alcançar seus objetivos.

Usando como principal referência o discurso inaugural de Januário da Cunha Barboza, o autor iniciou seu trabalho destacando, mais uma vez, a principal tarefa do IHGB: coligir e preparar materiais, isto é, documentos, para a história e geografia do Brasil.

O autor chamou a atenção para a amplitude dos conceitos de história e geografia adotados no IHGB e a conseqüente impossibilidade de um só estudioso dar conta de todos os elementos importantes para o IHGB, mesmo que fosse de uma única região. Sendo assim, sugeriu a divisão do trabalho em temas, para que vários pesquisadores, com o tempo e “através de grande esforço”, conseguissem representar a realidade de tal região ou assunto. Para que a coleta de fontes fosse sistematizada, Rodrigo Pontes sugeriu que fossem usados como modelos os trabalhos feitos na Europa, por autores como Cousin.

Apresentando uma visão de documento histórico muito mais ampla que a de Cunha Mattos, Pontes incluiu entre eles lugares (espaço físico), documentos de cartórios e tradições orais, que deveriam ser “ouvidas e averiguadas”. Para justificar esse tipo de procedimento, o autor fez uso da história da guerra do Quilombo de Palmares que, ao seu ver, necessitaria urgentemente da efetivação de um estudo, com o objetivo de promover a revisão histórica do acontecimento. Este estaria sendo narrado com várias imprecisões, relacionadas ao número de quilombolas envolvidos, tamanho e distribuição territorial do quilombo. Percebemos, portanto, em Rodrigo Pontes um horizonte amplo no que diz respeito à história, não apenas em relação aos documentos eleitos por ele, como também pelo próprio tema a ser revisto.

Quanto aos documentos existentes fora do Brasil, o autor reiterou a importância troca de correspondência com as associações congêneres, cujos sócios poderiam atuar como colaboradores do IHGB, além do auxílio dos enviados diplomáticos brasileiros.

Desde 1839, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviava pesquisadores comissionados, em geral indicados pelo IHGB, para coletar documentos interessantes à história do país. Tal prática partiu da iniciativa de José Silvestre Rebello – responsável pelas negociações do reconhecimento da Independência brasileira junto ao governo dos Estados Unidos e o único representante do importante grupo dos comerciantes da corte a ser membro do IHGB. Tendo rápida aprovação na Assembléia e, posteriormente na Câmara dos Deputados, o primeiro pesquisador enviado pelo IHGB foi José Maria do Amaral, que fazia parte da representação brasileira em Washington, e foi enviado para a coleta na Espanha e nos países próximos. Entre os enviados constam nomes como Varnhagen, Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa.

Para Lúcia Paschoal Guimarães, de um modo geral, os resultados dos esforços do envio de pesquisadores ao estrangeiro, resultou em poucos frutos devido a inabilidade ou desinteresse dos enviados. Varnhagen viria a ser uma exceção.

A grande atenção dada aos documentos pelo IHGB resultou na proposta da publicação de um grande corpo de documentos sobre a história brasileira, o Monumenta Brasiliae, que deveria ser feito aos moldes daqueles efetivados na Europa. De fato, é provável que esse projeto tenha sido diretamente influenciado pela Portugaliae Monumenta Historica, coletânea similar que estava sendo organizada em Portugal. A proposta, apresentada por Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello em 1859, seria aprovada pela assembléia; entretanto, como vários projetos de cunho acadêmico do instituto, não viria a ser concretizada.

A preocupação com a coleta e a autenticação das fontes era uma das facetas da objetividade científica, ideal que seria perseguido pelos membros do IHGB, mesmo por aqueles cujo compromisso maior era com o Estado ou consigo mesmo.

Para serem incluídos em um circuito internacional de intelectuais, era necessário que os sócios do IHGB seguissem as normas que começavam a ser estabelecidas para a escrita de uma história de cunho científico. A procura do respaldo de sociedades estrangeiras e de seus representantes foi uma constante em todo o período imperial do IHGB. O principal referencial estrangeiro procurado pelo IHGB foi o Instituto Histórico de Paris, cujo contato prioritário foi estabelecido nos estatutos do Instituto brasileiro.

Os naturalistas europeus, principalmente aqueles percebidos como “amigos do Brasil”, se constituiriam em grandes referências para o IHGB e para a formação do pensamento social brasileiro de um modo geral.

Lúcia Paschoal Guimarães interpretou essa aproximação do IHGB com as sociedades estrangeiras como uma busca de orientação, devido à falta de preparo dos seus sócios, o que resultaria em uma certa insegurança dos mesmos. Entretanto, a procura de contato com outras sociedades estrangeiras pode também ser percebida como reflexo da intenção dos brasileiros em participar da ‘república das letras’ – essa comunidade internacional de eruditos concebida no século das Luzes – o que reforçaria o tão almejado reconhecimento do Brasil, ou pelo menos dessa pequena parcela de sua população, como um membro da civilização ocidental.

Por último, o respaldo de sociedades estrangeiras reforçaria a imagem do IHGB como instituição de natureza científica, cuja produção estaria, em tese, desvinculada de posicionamentos político-partidários, dando ao conhecimento ali produzido um efeito de verdade.

Se a necessidade de organização de um grande arquivo de documentos interessantes à história brasileira era ponto pacífico entre os sócios e a mesa diretora do IHGB, o mesmo não ocorria quanto ao material que seria divulgado por meio da revista, o que, de fato, significaria o recebimento do aval final do Instituto.

O IHGB compactuava completamente com o projeto centralizador efetivado pela casa de Bragança, à qual estaria intimamente ligado pela pessoa de d. Pedro II. Por meio do estudo da história – já percebida pelos principais representantes do IHGB por sua concepção moderna de disciplina firmada sob o timbre da busca da verdade e da conseqüente imparcialidade – , procuravam-se elementos que pudessem auxiliar na tarefa de unificar o imenso território, oferecendo aos seus habitantes uma história una, cujo enredo apontasse para a existência de uma identidade que se pretendia nacional.

O IHGB nasceu, portanto, ligado à tarefa de ‘descobrir’ elementos que possibilitassem a concretização de uma nação, que se iniciava tão grande e heterogênea. Diante disso, os membros daquele Instituto elegeriam temas e fatos que destacassem ou estimulassem o fortalecimento dos laços existentes entre as várias regiões do país.

A idéia da criação dos Institutos Históricos e Geográficos provinciais também deve ser vista como uma faceta dessa política centralizadora. Com o apoio das intelligentsias regionais, os sócios do IHGB tinham por objetivo o somatório de forças na coleta de documentos, tendo a Corte como centro orientador dessa tarefa. A supremacia do IHGB colaboraria para a efetivação da construção de uma identidade nacional, identificada com a Coroa, reforçada a partir de um discurso-síntese.

O Brasil precisava descobrir quais elementos caracterizariam a nação, quais deles a aproximariam das nações civilizadas e quais a diferenciariam das demais nações. Como destacou Manoel Guimarães, era, portanto, um movimento de duplo sentido, voltado tanto para seu interior quanto para o exterior. No caso brasileiro, a idéia de continuidade, de uma transição natural entre a colônia e o país independente, daria o tom das discussões acerca da emancipação política. Os principais nomes do processo de Independência e os do IHGB (que não raras vezes se confundiam) viam-se, portanto, como condutores de um movimento de ‘aprimoramento’ cultural do Brasil, tendo por objetivo a construção de um Império que fosse o desdobramento da civilização branca européia nos trópicos.

A historiografia promovida pelo IHGB apresentava-se, portanto, essencialmente centralizadora. À essa característica, podem ser acrescentadas mais duas: era também monarquista e conciliadora. Diante dessas características, percebidas pelos seus sócios de modo muito claro, todo o material que viesse a ser considerado contrário ou inconveniente a tais concepções, certamente não alcançaria as páginas da Revista, mesmo quando anteriormente apresentado nas suas sessões ou, no caso de documentos, arquivados no Instituto.

De um modo geral, não chegariam às páginas da Revistas questões relacionados a assuntos ocorridos no passado recente, identificado pela primeira geração do IHGB como aquele que teve início com o processo de Independência.

Movimentos separatistas, mesmo os ocorridos no período colonial, eram evitados. Afinal, o Brasil vivia na década de 1840 um momento ainda incerto em relação à manutenção de seu território, não sendo visto pelos sócios como o momento mais apropriado para destacar tais assuntos. No que se refere ao corte cronológico evitado pela mesa diretora do IHGB, é preciso lembrar que vários dos seus sócios e muitos políticos ativos foram personagens desses tumultuados anos. À medida que a estabilidade política foi se firmando, alguns documentos referentes ao processo de Independência, incluindo aí revoltas existentes naquele contexto, foram publicados pela Revista.

Além disso, os intelectuais do IHGB apelariam para a necessidade do distanciamento temporal como garantia para escrita objetiva da história. Este posicionamento estava relacionado à concepção de construção do conhecimento imparcial e objetivo, defendido pela ciência do século XIX. Assim, a participação dos sócios no IHGB na vida cultural e política brasileira foi considerada um obstáculo de difícil transposição para a escrita de uma história que, produzida sob a tutela do IHGB, se pretendia duradoura, escrita a partir de pressupostos científicos que lhe atribuiriam aceitação atemporal.

O IHGB revelava uma tensão entre o compromisso com o status quo e sua pretensão de construção do conhecimento científico como fórum imparcial de debate de idéias. Estava aberto ao debate e a quaisquer propostas que se fizessem, entretanto, quanto à publicação de artigos e documentos, esta dependia da sua anuência quanto à conveniência e oportunidade.

Com a desqualificação do passado próximo como palco desejável para os trabalhos de cunho historiográfico, seria o período colonial privilegiado para a análise, não apenas por estar distanciado no tempo – e portanto, livre dos problemas apontados para o passado recente, como também por ter a colônia sido identificada por vários membros do IHGB como iniciadora das origens nacionais.

De modo coerente com o seu projeto, o IHGB destacaria, em meio a tanta heterogeneidade, aqueles elementos que reforçassem as experiências comuns entre as diversas regiões do país. Entre tais elementos, a atuação dos funcionários do Estado português durante o período colonial receberia um lugar de honra.

Assim, bem de acordo com a sugestão dada por Cunha Mattos, foram coletados e divulgados na Revista do IHGB vários documentos oficiais, como a correspondência de governadores, donatários e religiosos. Entre as diversas ordens religiosas que se estabeleceram no Brasil colônia, a presença dos jesuítas receberia especial atenção, sobretudo no que se refere às suas experiências na catequese indígena.

Em um mesmo movimento, os sócios do IHGB se esmeraram na seleção de um grande número de acontecimentos a serem lembrados, mas também se esforçariam para a manutenção de determinados silêncios, que não se restringiriam aos acontecimentos contemporâneos a eles.

Entre os assuntos evitados, estavam os já citados movimentos separatistas, as revoltas populares em geral e os episódios em que a atitude do Estado português tivesse sido particularmente violenta, entre outros. De uma forma geral, os ditos silêncios estavam diretamente relacionados àquelas experiências que poderiam comprometer os esforços da construção de laços de identidade nacionais, mesmo quando tal experiência partia do próprio Estado, cuja atuação se constituiria no eixo central da história produzida no IHGB. Este foi o caso, por exemplo, da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. Apesar do Estado do Grão Pará e Maranhão, que ocupou mais da metade do território atual brasileiro, ter se constituído em um Estado independente do Estado do Brasil por mais de um século, esse aspecto da história nacional seria pouquíssimo lembrado pelo IHGB. A ocorrência de uma experiência histórica tão diversa poderia comprometer a manutenção territorial e a busca dos já citados laços de identidade.

Na reconstrução do passado empreendida pelo IHGB, também houve espaço para personagens individuais, apresentados na seção intitulada “Brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, etc...”. A seleção dos nomes a ser incluídos nas pequenas biografias publicadas na Revista tinha como principal parâmetro o destaque dos

personagens na memória nacional. Os nomes que constam nessa lista expressam a concepção de continuidade linear entre a colônia e o país independente. Sob o argumento de que todos aqueles que tinham honrado a nação, ou seja, colaboraram com o projeto português, mereciam ter seus nomes lembrados, o IHGB incluiria algumas mulheres, negros e índios entre os biografados. De fato, o uso da categoria ‘brasileiros’ englobaria não apenas aqueles que nasceram no Brasil colônia, como também os que, de algum modo, se destacaram ao longo dos séculos no Brasil.

Imbuídos pelo projeto da escrita objetiva da história, os ‘biógrafos’ do Instituto, não raras vezes, usariam desse espaço para tentar desmitificar certos personagens que haviam alcançado a ‘glória’ por meio de atos pouco nobres, ou mesmo para discutir a sua real existência.

De um modo geral, a seleção daqueles cujos nomes seriam lembrados por meio das notícias biográficas era influenciada pela concepção exemplar da história. Januário da Cunha Barboza já havia destacado em seu discurso inaugural a importância do uso de situações e pessoas exemplares como caminho para a “virtude” da sociedade: era a permanência da concepção da *Historia Magistra Vitae*, que havia sido explicitamente invocada pelo cônego com a citação de Cícero no primeiro número da Revista.

Pode-se afirmar que o IHGB teria como guia dos trabalhos desenvolvidos ali e, mais que isso, publicados em sua Revista, preocupações ligadas à construção da História como disciplina autônoma, marcada por uma metodologia baseada na utilização sistemática de documentos. Além do direcionamento acadêmico, o IHGB tinha um compromisso explícito com a construção da nação brasileira por meio da história, o que se externalizaria na defesa da unidade nacional e da monarquia como mantenedora da ordem.

Os trabalhos do IHGB conjugariam história e nacionalismo, em um movimento que seria típico do pensamento historiográfico do século XIX. A fundação e o encaminhamento dos trabalhos do IHGB estavam intimamente ligados ao momento histórico vivido pelo país: tramas políticas, assim como o estabelecimento de um projeto nacional a partir da Quinta da Boa Vista, e o contato com as idéias européias sobre o conhecimento histórico, informavam os intelectuais e políticos que, reunidos e legitimados pela tutela daquele Instituto, pensavam o país.

Conectados aos interesses e aos debates que ocorriam na Europa, os sócios do IHGB tinham preocupações reais com a escrita da história, a partir dos ideais presentes na historiografia do velho mundo, que naquele momento era marcado por debates em torno do nacionalismo. Portanto, se são indiscutíveis os aspectos de grêmio social e espaço de distinção do IHGB, comumente referidos na literatura, também não se pode negar que sua fundação significou a reunião de um grupo de homens que tomaram para si a tarefa de analisar a realidade do Brasil, bem como de elaborar suas representações de forma a realçar as origens comuns do país, suas características próprias decorrentes da colonização e a sua inserção no mundo ocidental.